



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2015.

Altera o inciso VII do art. 57 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Autor: Deputado José Carlos Aleluia

Relator: Deputado Índio da Costa

VOTO EM SEPARADO DA DEPUTADA CRISTIANE BRASIL

I – Relatório

Trata-se de proposição que busca alterar o inciso VII do art. 57 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que trata do uso da palavra durante a discussão das matérias no âmbito de Comissão. O Projeto de Resolução reduz o tempo destinado aos oradores.

O autor argumenta que o tempo destinado aos oradores tem sido usado como recurso protelatório de modo a criar obstáculos para exame das matérias legislativas. Assim, a proposição reduz o tempo de uso da palavra do Autor do projeto, do Relator, dos demais membros da Comissão e do Líder de 15 minutos para 10 minutos improrrogáveis. O tempo de uso da palavra para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

deputado que não pertença à Comissão é reduzido de 10 minutos para cinco minutos.

O Projeto de Resolução foi distribuído à CCJC, para proferir Parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e quanto ao mérito, e à Mesa Diretora.

A matéria é da competência final do Plenário da Câmara dos Deputados.

O Relator, Deputado Índio da Costa, apresentou Parecer, manifestando-se pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 40, de 2015, na forma de Substitutivo. Em seu Substitutivo, o Relator reduziu ainda mais o tempo da palavra para os oradores. O autor do Projeto, o Relator, os membros da Comissão e Líder terão para uso da palavra durante a discussão apenas cinco minutos, prorrogáveis por mais 1 minuto. Os demais deputados terão apenas dois minutos, prorrogáveis por mais um minuto.

É o Relatório.

II - Voto

Conforme consta no Relatório do Dep. Índio da Costa, o Projeto de Resolução está de acordo com a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro e seus princípios, não havendo vícios em relação à constitucionalidade material ou formal. A proposição atende ainda as regras da Lei Complementar 95/98, apresentando boa técnica legislativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quanto ao mérito, o Projeto de Resolução busca contribuir para o aprimoramento do processo legislativo de modo a preservar o tempo de uso da palavra necessário para os debates durante a discussão das matérias, no âmbito das Comissões, e a estimular a celeridade processual possível dentro de uma Casa Legislativa.

A meu ver, o Substitutivo prioriza a celeridade processual em detrimento dos debates parlamentares. A razão de ser do Parlamento é a discussão democrática, de elevado nível técnico, político e argumentativo das matérias pelos representantes eleitos. O tempo proposto pelo Substitutivo do Relator é manifestamente insuficiente para que os parlamentares possam contribuir para a discussão das matérias. É no âmbito das Comissões que as proposições podem ser analisadas, investigadas e debatidas com maior profundidade, sendo descabida a comparação com o Plenário, em que o número de deputados é inúmeras vezes maior. No Plenário há um protagonismo dos Líderes partidários em detrimento dos demais parlamentares. Ademais, com grande prejuízo dos trabalhos legislativos, é frequente a aprovação de matérias em Plenário sem Pareceres das Comissões, em razão do regime de urgência do art. 155 do Regimento Interno. A celeridade processual de modo algum pode ser priorizada de modo a dificultar o desempenho das atribuições do parlamentar e a reduzir o papel das Comissões.

Assim, apresento Substitutivo de modo a retomar a duração do tempo de uso da palavra proposta pelo autor (10 minutos para o autor do projeto, relator, membros da Comissão e Líder e cinco minutos para os demais deputados) e para acrescentar que o encerramento da discussão poderá ser solicitado após falarem 14 deputados. No Regimento Interno em vigor o encerramento da discussão poderá ser solicitado após falarem 10 deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 40, de 2015, na forma do Substitutivo.

Sala da Comissão, em 9 de julho de 2015.

Deputada Cristiane Brasil

PTB/RJ



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2015.

Altera o inciso VII do art. 57 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n.º 17, de 21 de setembro de 1989, para dispor sobre o tempo de uso da palavra durante a discussão na Comissão.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1.º Esta Resolução altera o inciso VII do art. 57 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n.º 17, de 21 de setembro de 1989, para dispor sobre o tempo para o uso da palavra durante a discussão na Comissão.

Art. 2.º O inciso VII do art. 57 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n.º 17, de 21 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

VII- durante a discussão na Comissão, podem usar da palavra o Autor do projeto, o Relator, demais membros e Líder, durante dez minutos improrrogáveis, e, por cinco minutos, Deputados que a ela não pertençam; é facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão após falarem quatorze Deputados;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 9 de julho de 2015.

Deputada Cristiane Brasil

PTB/RJ